

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## **Da natureza à história: sobre o trabalho e a formação do ser social na ontologia de György Lukács**

Geraldo Augusto Pinto<sup>1</sup>  
Gleicy Sgargetta<sup>2</sup>

### **Resumo**

Propomos desenvolver uma análise sobre a importância da categoria “trabalho” dentro do pensamento histórico-materialista, mais especificamente quanto ao seu papel de fundamento primário da sociabilidade humana e, neste sentido, como expressão e ao mesmo tempo meio de superação das complexidades e contradições geradas ao longo da incessante formação do gênero humano. Para tal, partiremos de uma sucinta reconstituição do impacto que Karl Marx causou, no século XIX, sobre o pensamento filosófico ocidental e sua tradicional dualidade entre o “idealismo metafísico” e o “materialismo mecanicista”. A solução dada por Marx ao problema foi magistralmente captada por György Lukács, no século XX. Este filósofo demonstrou a vigência de uma ontologia no pensamento marxiano – característica que permitiu a Marx superar a dualidade acima referida.

Palavras-chave: Ontologia do ser social, Materialismo histórico, Trabalho e conhecimento, György Lukács (1885-1971), Karl Marx (1818-1883).

### **1. A ontologia marxiana: uma abordagem totalizante da realidade**

Uma dualidade acompanhou o pensamento filosófico ocidental desde o seu apogeu, na Grécia Helenística, até o seu renascimento e consolidação, enquanto tronco comum das ciências, no Iluminismo Europeu. De um lado, uma concepção do mundo material e suas formas sensíveis ora como reflexos parciais e efêmeros de uma realidade

---

<sup>1</sup> Telefones: (45) 3025-2431 / 9914-9932; E-mail: [geraldoaugusto@hotmail.com](mailto:geraldoaugusto@hotmail.com); Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Cargo: docente.

<sup>2</sup> Telefones: (45) 3522-3660 / 9103-7480; E-mail: [gleicy.sgargetta@hotmail.com](mailto:gleicy.sgargetta@hotmail.com); Instituições: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); Cargo: discente.

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

paralela, perfeita e eterna, ora como o resultado do pensamento, das idéias dos homens. Num sentido oposto, concebia-se a realidade como o resultado de um mecanismo autômato, com leis fixas e determinísticas a organizar todas as esferas da existência, desde a física das partículas até a formação dos valores culturais nas sociedades.

Consequentemente, as explicações sobre os processos históricos polarizaram-se em duas grandes vertentes: uma que apontava para uma necessária depuração da razão, com vistas a revelar uma essência única por trás de idéias geratrizes da realidade; outra, pela qual se buscou incansavelmente um entendimento correto das legalidades naturais, mediante a construção de modelos lógicos supostamente fiéis sobre o absoluto.

O pensamento histórico-materialista, legado por Karl Marx (1818-1883) no século XIX, insere-se exatamente nessa problemática. Combinando uma atuação política revolucionária, com a pesquisa científica e a reflexão filosófica, Marx empreendeu uma batalha contra esta dualidade posta pelos fundamentos da realidade ora puramente “física” (material), ora “metafísica” (ideal). Propôs uma abordagem da realidade que parte do empírico concreto e envereda pela abstração analítica dos seus elementos em categorias científicas. Mas, diferentemente das perspectivas em voga, apontou para a necessidade de, ainda no plano do pensamento, confrontar tais categorias com o concreto analisado e reelaborá-las, tendo em vista a totalidade do real.

Marx chamara a atenção para o fato de que a realidade admite ser fragmentada abstratamente apenas no plano do pensamento, para sua análise, pois, na sua concretude, ela é uma totalidade, cuja dinâmica não corresponde à simples soma destes fragmentos. Tampouco estes, na sua concretude, possuem a linearidade que quase forçosamente assumem enquanto categorias nas abstrações científicas. Tal abordagem, ademais, partindo das relações entre o ser humano e a natureza, atribui ao primeiro, enquanto ser social ativo, um caráter imanente, dinâmico, complexo e contraditório – portanto, jamais transcendente, estático, mecânico ou perfeito – da realidade na qual vive e atua.

Embora com implicações em todos os ramos do saber, no estudo da história humana a proposta de Marx veio permitir – quando não exigir – tomar-se esse caráter de imanência, dinâmica, complexidade e contradição não simplesmente como resultado ou expressão de reações instintivas ou lógicas dos homens frente aos limites impostos pelas

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

leis da matéria, mas, ao contrário, como o seu próprio “devir”, fundado na liberdade da ação humana, que, por meio das lutas sociais, atua diretamente na construção da história.

A complexidade e a contradição estão, por isso, entre as características centrais do materialismo histórico. Ressalte-se, por exemplo, a coexistência sob o capitalismo de um alto desenvolvimento das forças produtivas (portanto, de emancipação do ser humano das barreiras naturais) junto a uma severa divisão do trabalho em atividades intelectuais e manuais ou entre cidade e campo (base da propriedade privada, fonte maior da exploração do homem pelo homem).

Tais formas complexas e contraditórias de sociabilidade expressam, para Marx, ao invés de limites incontornáveis, degraus a serem superados rumo à formação de um ser humano efetivamente consciente, omnilateral, livre e emancipado. Tal magnitude só pode advir de uma abordagem totalizante da realidade, pela qual Marx perfaz, junto do exame das formas sociais de produção da vida material, o exame das formas de reprodução da vida social (como a linguagem, a construção dos saberes e sua transmissão – a educação, a filosofia, a ciência –, a ética, a moral, o Direito, as artes, as crenças etc.).

Tal abordagem totalizante já havia sido feita por Georg W. F. Hegel (1770-1831). Mas, este caíra em uma armadilha: a de confundir a análise da realidade com a própria gênese desta, como se a concretude da realidade fosse um fruto unilateral do pensamento humano. Nas palavras de Marx (2008, p. 256):

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso [do material, do social etc.]. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...] Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se por si; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto [ou seja, da realidade], para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta [na filosofia, na ciência]. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto [a criação da realidade].<sup>3</sup>

Embora apontando a saída desta dualidade, a proposta de Marx não foi, contudo, plenamente compreendida por muitos dos seus contemporâneos e sucessores. É sabido

---

<sup>3</sup> As colocações entre colchetes são de nossa autoria, a fim de esclarecer as afirmações de Marx neste trecho.

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

que suas explicações acerca de “métodos de investigação” da realidade não se encontram pontuadas em locais definidos de sua obra: Marx não fora um professor como Hegel e, por certo, dadas as suas amplas atuações, preferiu mergulhar na maior diversidade possível de temas a condensar em um só livro ou capítulo suas considerações a respeito desse assunto. Coube aos estudiosos do seu pensamento a tarefa de revelar em sua obra conexões acerca dessa temática.

Entre tais estudiosos, György Lukács (1885-1971) aprofundou, significativamente, em notas teóricas, as intrincadas relações entre filosofia e ciência, natureza e sociedade, materialidade e sociabilidade. Desenvolveu vastas elaborações acerca do que denominou “complexos sociais” mediadores das relações dos seres humanos entre si e com a natureza – complexos como a linguagem, a educação, a filosofia, a ciência, a ética, a moral, o Direito, as artes, entre outros. Elaborações que se encontram ao longo de suas obras de maturidade, como “Estética” (publicada em 1963) e “Por uma ontologia do ser social” (publicada em capítulos, a partir de 1972).

Mesmo já sendo influente no rol dos pensadores histórico-materialistas, por escritos como o famoso livro “História e consciência de classe”, de 1923, Lukács sofreu forte impacto e decidiu reformular muitas das suas concepções após a leitura dos “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844” de Marx, publicados pela primeira vez em 1930, em Moscou. A partir de sua bagagem filosófica, reconheceu na obra marxiana uma “ontologia”, isto é, um sistema de pensamento que aborda a realidade como totalidade complexa, revelando em suas distintas esferas existenciais formas de ser dinâmicas e interligadas por fundamentos particulares e universais – imanentes à concretude do real, mas jamais imutáveis ou unilateralmente determináveis.

## **2. O trabalho como momento predominante no desenvolvimento do ser social**

Pela pena de Lukács, foi possível entrever no pensamento de Marx uma espécie de essencialidade do ser humano, não sendo esta – é preciso frisar – uma relação mecanicamente produzida por “leis da natureza” ou transcendentalmente induzida pela metafísica do “mundo das idéias”. Antes, tal essencialidade consiste no fato do ser

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

humano, diferentemente de todos os demais seres vivos e de toda a matéria orgânica e inorgânica de que é formado, ser o sujeito da sua própria história, do seu “dever” histórico. Deve-se, portanto, a Lukács, um dos maiores esforços intelectuais no sentido de “[...] explicitar as mediações sociais que fazem do homem o único demiurgo do seu próprio destino” (Lessa, 2007, p. 187).

Em “Por uma ontologia do ser social”, Lukács explicita o trabalho como a gênese do ser social, do próprio gênero humano e sua história. Mostra-nos como, por intermédio de inúmeras mediações advindas do trabalho humano, surgem novos elementos complexos constitutivos da sociabilidade humana, como a linguagem, o Direito, a filosofia, a ciência e a própria educação. Elementos que configuram, no decorrer da história, mediações cada vez mais complexas nas relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, impulsionando uma reprodução cada vez mais avançada da vida social (seus pilares econômicos, políticos e culturais) em face das barreiras postas por aquela.

Lukács analisa equívocos e acertos de muitos pensadores (de Sócrates a Hegel, aportando em Marx) no percurso da produção de um conhecimento ontológico – este enquanto uma forma de investigação e compreensão do ser social nas diferentes esferas de seu desenvolvimento. Nas suas palavras:

Quando os mais importantes filósofos do passado e do presente chegaram a tocar em problemas que de fato pertencem à ontologia do ser social, na maioria das vezes apresentam-se as seguintes alternativas: ou o ser social não se distingue do ser em geral, ou se trata de algo radicalmente diverso, algo que não tem mais o caráter de ser, como por exemplo, no século XIX, o valor, a validade, etc. como o tosco contraste entre o mundo do ser material enquanto reino da necessidade e um puro reino espiritual da liberdade. Essa alternativa, no entanto, jamais pode ser mantida em tal exclusividade radical de maneira conseqüente; é necessário procurar e encontrar soluções de compromisso. Desde logo, porque a contraposição entre reino da necessidade e reino da liberdade – de maneira evidente – dificilmente pode coincidir com a distinção entre ser em geral e o ser social. O ser social possui muitas zonas que, em uma maneira evidente para todos parecem sujeitas à necessidade, à legalidade, como a própria natureza. Os pensadores são livres para julgar negativamente, do alto de uma moral ou de uma metafísica, tal legalidade do mundo social, como sucedeu frequentemente, por exemplo, nas observações histórico-políticas de Machiavel ou com a economia de Ricardo. Com isso, no entanto, não se remove do círculo de problemas da filosofia o fato de que a vida tem, ao menos em parte, um caráter de ser cuja cognoscibilidade exige muitas analogias com a apreensão cognitiva da natureza de (Lukács, 1990, p. 1).

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Tal como já aludimos no início, a trajetória rumo ao conhecimento das bases de uma ontologia do ser social, em muitos momentos levou a uma separação entre “ser social” e “ser natural” e a uma contraposição entre “materialidade” e “espiritualidade”. Ainda que o ser natural e o ser social tenham características específicas (bem como a materialidade e a espiritualidade), estes objetos de estudo estão relacionados entre si na realidade concreta. Para Lukács (Id. Ibid., p. 2):

Por essa razão, o ser social pressupõe uma ontologia geral. Porém, esta ontologia não deve ser de novo distorcida em gnosiologia. Não se trata aqui de uma analogia ontológica com a relação entre gnosiologia geral e os métodos específicos das ciências singulares. Trata-se, ao contrário, do fato de que aquilo que é conhecido numa ontologia geral nada mais é do que os fundamentos ontológicos gerais de todo ser. Se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mais compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem nelas permanecer como momentos superados; o superar teve em Hegel corretamente, também o significado de conservação. A ontologia geral, ou dito mais concretamente, a ontologia da natureza inorgânica enquanto fundamento de todo existente é, por isso, geral, porque não pode haver qualquer existente que não seja de qualquer modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar com eficácia ontológica somente sobre a base das categorias gerais, com elas interagindo. Da mesma forma as categorias do ser social relacionam-se com as categorias da natureza orgânica e inorgânica. A interrogação marxiana sobre a essência e a constituição do ser social só pode ser racionalmente posta sobre a base de uma fundamentação assim ordenada. A indagação acerca da especificidade do ser social contém a confirmação da unidade geral de todo ser e, simultaneamente, a evidência de suas próprias determinabilidades específicas.

Para compreender o ser social como um todo, é necessário compreender sua gênese e os diferentes momentos de seu desenvolvimento. E é no intercâmbio do homem com a natureza que vamos encontrar a gênese do seu desenvolvimento como ser social. Ao ir à natureza para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e reprodução, o homem transforma a natureza ao tempo em que transforma a si mesmo. Neste transformar a natureza através do característico “pôr teleológico” do seu trabalho – expressão clássica de Lukács –, o homem supera (assume e vai além da) sua esfera existencial puramente animal (orgânica) e, sem abandoná-la, dirige-se a uma esfera qualitativamente distinta, a do ser social:

Esta transformación del sujeto que trabaja – la auténtica hominización del hombre – es la consecuencia necesaria, de acuerdo con el ser, de este objetivo ser-precisamente-así del trabajo. En su definición del trabajo, cuyo texto hemos citado ya detalladamente, Marx habla también acerca de la influencia

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

determinante que el trabajo tiene sobre el sujeto humano. Muestra que el hombre, al influir sobre la naturaleza, al transformarla, “transforma su propia naturaleza, desarrollando las potencias que dormitan en él y sometiendo el juego de sus fuerzas a su propia disciplina”. Esto significa, ante todo – y ya se habló de esto al analizar el trabajo desde un punto de vista objetivo –, un dominio de la consciencia sobre lo instintivo, que posee un carácter meramente biológico. Considerado desde el punto de vista del sujeto, esto tiene como consecuencia una continuación siempre renovada de este dominio; y, por cierto, una continuación que, en cada movimiento individual del trabajo, se presenta como un nuevo problema, como una nueva alternativa, y que en cada oportunidad, para que el trabajo tenga éxito, debe terminar en una victoria de la comprensión correcta sobre lo meramente instintivo (Lukács, 2004, p. 99).

No capítulo referente ao trabalho, Lukács (2004, p. 89) destaca a importância da reflexão consciente sobre a realidade, no processo de construção de um ser para si, do homem: ou seja, é através da reflexão que o ser humano alcança as finalidades postas no processo de produção da vida material em sociedade:

Cuando el hombre primitivo elige, de entre una masa de piedras, una que le parece apropiada para sus fines, y abandona las restantes, es claro que aquí se presenta una elección, una alternativa. Y, sin duda, precisamente en el sentido de que la piedra, como un objeto en sí existente de la naturaleza inorgánica, de ninguna manera fue formada de antemano a fin de convertirse en instrumento para esa posición.

[...]La piedra elegida como instrumento es elegida, sin embargo, a través de un acto de conciencia que ya no posee carácter biológico. Es preciso reconocer determinadas propiedades de la piedra – a través de la observación e la experiencia; es decir, a través del reflejo y su elaboración acorde con la conciencia –, que la tornan apropiada o inapropiada para la finalidad planeada. El acto que, visto desde afuera, es sumamente simple y unitario – la elección de una piedra –, es, de acuerdo con su estructura interna, sumamente complejo y está lleno de contradicciones. Se trata, pues, de dos alternativas relacionadas entre sí de manera heterogénea. Em primer lugar: la piedra, ¿ha sido correcta o incorrectamente elegida para el fin puesto? Segundo: el fin, ¿ha sido puesto correcto o incorrectamente?; es decir: una piedra, ¿es un instrumento auténticamente apropiado para el fin puesto? Puede fácilmente verse que ambas alternativas solo pueden surgir de un sistema de reflejos de la realidad (por ende, a partir de un sistema de actos en sí no existentes) que funciona dinámicamente y que ha sido dinámicamente elaborado. Pero puede verse con igual facilidad que en un comienzo, cuando los resultados del reflejo no existente se cristalizan en una praxis estructurada en términos de alternativa, a partir de aquello que existe solo de manera natural, puede surgir algo existente en el marco de ser social – digamos, un cuchillo o un hacha –, es decir, surge una forma de objetividad de ese ser existente total e radicalmente nueva. Pues la piedra, en su existencia y ser-así natural, no tiene nada que ver con el cuchillo o con la hacha.

Por meio do “pôr teleológico” do trabalho, o homem desenvolve a consciência e avança na construção de uma sociabilidade cada vez mais desenvolvida. Para Lukács (2004, p. 63),

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

[...] la conciencia inicia, a través del acto de posición, un proceso real, precisamente el proceso teleológico. La posición [no sentido do verbo pôr] tiene, pues, aquí un carácter inevitablemente ontológico. La concepción teleológica de la naturaleza y la historia no significa, pues, meramente que ambos poseen una finalidad, que se hallan orientados a un fin, sino también que su existencia, su movimiento – tanto como proceso total como en el plano del detalle – deben tener un autor conciente.

Embora o homem a partir desse salto construa uma nova maneira de interagir com a natureza e com os seus (se constitua em um ser social), e crie mediações que o afastam cada vez mais das barreiras naturais, ele sempre voltará à natureza para dela obter a produção de sua existência e jamais deixará de ser parte integrante de um intercâmbio com a própria natureza. Segundo Lukács (1979, p. 17):

[...] o ser social – em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados “domínios do espírito”. Mas, de modo igualmente nítido, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do “darwinismo social”. As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a praxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza. O fato de que esse processo, na realidade, seja bastante longo, com inúmeras formas intermediárias, não anula a existência do salto ontológico. Com o ato da posição teleológica do trabalho, temos em-si o ser social. O processo histórico da sua explicitação, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser em-si num ser para-si; e, portanto, implica a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais mais puros, mais específicos.

O ser social é um todo constituído de vários processos em constante desenvolvimento – é um ser inorgânico, biológico e social. O organismo humano, para além da incessante combinação de elementos minerais e orgânicos de que se constitui, torna-se um meio material sobre o qual atuam forças que, simultaneamente, o assumem e o superam enquanto máquina biológica. Forças advindas do pôr teleológico do trabalho, pelas quais posteriormente se desenvolverão potencialidades próprias ao ser humano como a sociabilidade e a produção do “novo”, ou seja: a transformação da realidade (mediante a apropriação e condução adequada de suas causalidades) tendo em vista “finalidades”, sob a atuação de “posições teleológicas” socialmente dadas em cada momento histórico.



# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Para Lukács é o destaque de Marx ao pôr teleológico do trabalho que dá à sua ontologia o mérito da superação de toda ontologia anterior. Pois, como já observamos, os filósofos predecessores a Marx separavam o desenvolvimento do ser social em dois momentos: um material e outro espiritual, como momentos estanques e contrastantes. Foi Marx quem primeiro demonstrou que o homem desenvolve sua “espiritualidade”, suas funções superiores, somente a partir do momento em que trabalha para produzir sua existência, sendo esse desenvolvimento lento e gradual. E Friedrich Engels (1820-1895), seu companheiro de tantas jornadas, escreveu notas esclarecedoras a respeito. É a partir do trabalho, portanto, que o processo de “hominização do homem” acontece, isto é, nas palavras de Lessa e Tonet (2008, p. 17), “[...] [que] o ser humano se faz diferente da natureza, se faz autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais”.

O trabalho é, assim, o único complexo que deve ser destacado como o momento fundante do ser social, pois é a partir dele e somente por ele que o homem se afasta do ser meramente natural. Todas as demais categorias a partir de então, se constroem como mediações no âmbito do ser social, sem nunca, entretanto, eliminar por completo a sua relação com a esfera do trabalho. Voltando a Lukács (2004, p. 58):

Puesto que aquí se trata del complejo concreto de la sociabilización como forma del ser, puede presentarse legítimamente la pregunta de por qué, de todo este complejo, destacamos precisamente al trabajo, y le atribuimos una posición tan privilegiada en el proceso y en lo que respecta al salto de la génesis. La respuesta, considerada ontológicamente, es más simple de lo que parece ser a primera vista: porque todas las demás categorías de esta forma del ser ya poseen, de acuerdo con su esencia, un carácter puramente social. Sus propiedades, sus modos de influencia, solo se desarrollan dentro del ser social ya constituido; por primitiva que sea su forma de aparición, esta presupone el salto como un hecho ya consumado. Solo el trabajo posee, de acuerdo con su esencia ontológica, un carácter expresamente transicional: es, según su esencia, una interrelación entre el hombre (sociedad) y la naturaleza y, por cierto, tanto con la inorgánica (herramienta, materia prima, objeto de trabajo, etc.) como con la orgánica, que, sin duda, en determinados puntos, puede figurar igualmente en la sucesión recién indicada, pero ante todo caracteriza en el propio hombre que trabaja la transición desde el ser meramente biológico al social.

A categoria trabalho é, por conseguinte, uma condição ontológica inalienável do gênero humano. E todas as categorias e mediações criadas pelo gênero humano e que também o distanciam das barreiras naturais, só foram possíveis após e através do salto

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

ontológico do trabalho, que permite uma constante modificação do já existente e, principalmente, a criação do “novo”. Segundo Lessa (2007, p. 81):

É essa propriedade essencial ao trabalho – ser um tipo de reação ao ambiente que produz algo ontologicamente antes inexistente, algo novo – que lhe possibilita destacar os homens da natureza. Em outras palavras, é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construírem um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico do ser social. E toda essa processualidade tem, no processo de generalização detonado pelo trabalho, seu momento fundante.

A partir do trabalho, os seres humanos organizam a produção da sua vida em sociedade, interagindo, influenciando-se mutuamente e, originando, deste modo, o desenvolvimento de toda a história humana, a organização da vida em sociedade de forma cada vez mais complexa, com mediações e legalidades inerentes ao convívio em sociedades também cada vez mais complexas, uma infinidade de possibilidades de produção do novo, de transformação da realidade e de criação de valores e convenções. Se há uma essência humana, esta é, portanto, nada além do que a construção, pelos seres humanos, de sua própria história, sendo os homens os únicos responsáveis pela construção da sua história e de seu destino. Nas palavras de Lessa (2007, p. 199), “Os homens seriam os únicos e exclusivos demiurgos do seu próprio destino, não haveria aqui nenhum limite imposto a eles senão as próprias relações sociais construídas pela humanidade”.

Por fim, resta-nos frisar que o salto ontológico do trabalho, embora sendo o momento fundante do ser social, não encerra em si todas as determinações da história humana. A partir do trabalho, o ser humano de fato se emancipa, passo a passo, da natureza, apesar de jamais poder dispensá-la.

Ao construir relações de produção cada vez mais complexas, o ser humano desenvolve, para além do trabalho, capacidades, habilidades e formas de sociabilidade que, também para além da transformação da realidade natural, produzem o que aqui chamamos de “novo”, ou seja: estruturas de ordem puramente social, como o Estado, o direito, a filosofia, a educação, a arte, as religiões, entre outras que, sendo novos “complexos” criados e desenvolvidos nas incessantes mediações que permeiam a vida

# Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

social no decorrer da história dos homens, os conduzem em sua existência e atuam na produção do seu devir.

## Referências

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. rev.ampl. Ijuí, SC: Ed. Unijuí, 2007. (Coleção Filosofia; 19).

LUKÁCS, György. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Zur ontologie des gesellschaftlichen seins**. Eileitung, Darmstadt, Luchterhand, 1984. (Tradução de Mário Duayer [ca 1990], a partir do texto em alemão referido. Disponível em: <[http://www.esnips.com/doc/8114b1d9-dc16-4f24-baf0-e25eb2c756bc/György-Lukács---Introdução-\(Para-uma-Ontologia-do-Ser-social\)>](http://www.esnips.com/doc/8114b1d9-dc16-4f24-baf0-e25eb2c756bc/György-Lukács---Introdução-(Para-uma-Ontologia-do-Ser-social)>). Acesso em: 28 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Ontologia del ser social: el trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.